



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Informação nº : 63/2017 - 3ª Diacomp

Brasília (DF), 19 de abril de 2017.

Processo nº : 11.660/2014 (3 volumes e 8 anexos)

Jurisdicionada : Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e Cartão BRB S/A

Assunto : Representação

Ementa : Irregularidades na contratação de artistas e na prestação de contas de aplicação de recursos públicos. Decisão nº 4475/2016. Defesa. Por multa e conversão dos autos em TCE.

Senhor Diretor,

O presente processo, autuado em obediência ao item II da Decisão nº 1.526/2014¹ (fl. 01), cuida do exame da Representação nº 10/2013 – MF e do Ofício nº 102/2012 – MF, ambos da lavra da Procuradora Márcia Farias, versando sobre possíveis irregularidades: (a) na gestão de pessoal da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS e (b) na contratação de artistas para apresentação conjunta com a referida orquestra (fls. 9/13 e 15/19).

I - Do breve histórico do Processo

2. Após o Corpo Técnico ter realizado procedimento de inspeção, Informação 211/2015 -3ª Diacomp (fls. 246/266), o relatório preliminar foi encaminhado às jurisdicionadas e às entidades interessadas (Secretaria de Cultura, Cartão BRB S/A, Instituto Educarte e Associação dos Amigos das Artes de Brasília), para apresentarem ao Tribunal esclarecimentos a respeito dos achados, consoante o Despacho Singular nº

¹ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III. conceder, com fulcro no § 6º do artigo 195 do RI/TCDF, à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal o prazo de 30 dias para que se manifeste acerca das supostas irregularidades apontadas na Representação nº 10/2013-MF e no Ofício nº. 102/2012-MF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



51/2016 – GCMA, fls. 269/271².

3. Bem mais adiante, no Ofício N° 008/2016, o representante do Educarte requereu a prorrogação do prazo, fl. 308.

4. Foram examinados os esclarecimentos apresentados em atenção ao Despacho Singular n° 51/2016 – GCMA, Informação n° 102/2016, fls. 313/340.

5. O Ministério Público junto ao TCDF aquiesceu às conclusões do corpo instrutivo, no Parecer n° 604/2016-MF, fls. 341/345.

6. No seu Voto, fls. 349/366, o Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, apresentou voto parcialmente convergente, afastando do chamamento em audiência a questão relacionada à prática de ato antieconômico, por entender que isso seria apurado em conjunto com os demais itens que ensejam a conversão dos autos em TCE.

7. Na sua Declaração de Voto, fls. 367/374, o Conselheiro Márcio Michel apresentou voto parcialmente convergente por entender que a abertura das TCEs deveria ser realizada após a audiência dos respectivos responsáveis sem prejuízo ao regular desenvolvimento do processo.

8. Por maioria, acolhendo o Voto do Conselheiro Márcio Michel, na Decisão n° 4475/2016, fls. 375/375-v, o Tribunal determinou o seguinte:

I - tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 150/2016 – GAB/SEC e anexos, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (fls. 279/299); b) do Ofício n.º 008/2016 do Instituto Educarte Educação e Arte (fl. 308);

II - indeferir o pedido de prorrogação de prazo, objeto do documento referenciado na alínea "b" do item antecedente, informando ao requerente da impossibilidade, em razão do que disciplina o §2º do art. 1º da Resolução TCDF n.º 271/2014;

III - determinar a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização, fls. 311/312, para que apresentem defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, em face das seguintes irregularidades detectadas nas contratações de artistas por intermédio do Instituto Educarte de Educação e Arte, para atuação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS:

(1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993);

(2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica n.º 01/2011 – UAG/AJL, c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993);

² Ante o exposto, em concordância com a Unidade Técnica e com fundamento no § 1º do art. 1º da Resolução n.º 271/2014, **DECIDO:** II - conceder à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, à Cartão BRB S/A, ao Instituto Educarte e à Associação dos Amigos das Artes de Brasília, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução TCDF n.º 271/2014, o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentação de considerações circunstanciadas sobre os achados identificados na Informação n.º 211/2015-3ª Diacomp;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



(3) indícios de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro - OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, a valores de 2012;

IV - recomendar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro - OSTNCS, de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora do serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor;

9. Em cumprimento à aludida Decisão, Cláudio Alano Cohen Bezerra apresentou defesa, fls. 387/419 e Anexo VII. Após solicitação e concessão de prorrogação de prazo, fls. 385 e 450, o senhor Marconi Costa da Silva Scarinci encaminhou defesa, fls. 452/466.

10. Em outro giro, convém notar que o Instituto Educarte solicitou prorrogação de prazo para apresentação das considerações a respeito do conteúdo da Informação nº 211/2015-3ª Diacom, fl. 302, em face do Despacho Singular nº 51/2016 - GCMA, fls. 269/271, todavia foi negado na Decisão nº 2391/2016, fl. 307. A entidade fez um novo pedido de prorrogação de prazo, fl. 308, mas novamente foi indeferido, mediante a Decisão nº 4475/2016, fls. 375/375-v. Agora, tardiamente, o Presidente do Instituto Educarte de Educação e Artes, o senhor Luiz Alan Rufino Moreira, encaminhou seus esclarecimentos, fls. 420/445 e Anexo VIII.

II - Dos objetivos da presente informação

11. Nesta fase processual, examina-se o mérito das razões de justificativas prestadas pelos responsáveis apontados na Matriz de Responsabilização, fls. 311/312, em face da Decisão nº 4475/2016.

III - Das Razões de Justificativas ou Esclarecimentos

III.1 - Cláudio Alano Cohen Bezerra

12. Nas fls. 387/419, o representante do justificante informa que as funções da Unidade Artística da OSTNCS se limitam à programação de eventos, preparação de músicos, seleção de artistas convidados e divulgação da música no âmbito do Distrito Federal, não lhe competindo "a formação e/ou instrução de processos administrativos destinados às contratações, tampouco fiscalização documentação, prestação de contas ou outras atividades dessa natureza", conforme o art. 10, do Regimento Interno da Secult/DF, consolidado no Decreto nº 32.587/2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



13. Como Maestro Titular, cargo de maior hierarquia da referida Unidade Artística, aduz que lhe recai função eminentemente técnica como a função regencial e a elaboração da programação artística da orquestra. Contudo, não lhe compete a prática de atos administrativos relativos à “efetivação de contratações de artistas, ou quais outras que se fizerem necessárias à consecução burocrática da realização do programa de apresentações de eventos”. Corrobora o fato de que não há no acervo processual qualquer ato praticado pelo Maestro no sentido de “impor condições aos contratados, de analisar a regularidade dos documentos apresentados para efetivação dos contratos, ou de implementar procedimentos para a contratação dos artistas por ele selecionados”.

14. Esclarece que a prática desses atos administrativos é da competência de setores específicos da Secult/DF, como a Unidade de Administração Geral – UAG e sua Assessoria Jurídica-Legislativa – AJL, nos termos do art. 4º, 11, 14 e 15, diversos incisos, do aludido Regimento. Nesse sentido, defende que todas as contratações em análise foram inspecionadas pela UAG/Secult, Assessoria Jurídica Legislativa da Secult e outros setores responsáveis pela parte documental e fiscalizatória.

15. Sustenta que não há que se cogitar de culpa “in elegendo” ou “in vigilando” pois os atos reputados irregulares não são de sua competência.

16. No tocante à suposta “justificativa de preços fraudada”, esclarece que a Unidade Artística apenas fez a coleta da documentação apresentada pelos artistas convidados e as remeteu à UAG, a quem entende incumbir a análise da regularidade documental.

17. Assim, argumenta que não lhe pode ser imputada responsabilidade dos atos tidos como irregulares, haja vista que não era responsável pela apresentação dos documentos comprobatórios nem lhe recaia a competência para a análise da regularidade desses documentos. De qualquer modo, entende que, na análise da subjetividade da conduta, não se demonstrou que o “acusado tenha se comportado com rastro de vontade reprimível evidenciadora de desonestidade e de má-fé”.

18. Quanto aos indícios de “representação exclusiva fabricada”, de início, alega que não é de sua competência a análise, supervisão ou fiscalização do teor dos documentos ora apresentados. Defende também que a contratação de artistas por meio de representante exclusivo tem fundamento no art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

19. Acredita que a contratação coletiva do Coro Lírico de Brasília se revelou vantajosa e econômica pois, uma vez que oferecia 60 vozes já preparadas com coro previamente estabelecido, evitou-se a realização de audições individuais de coristas e a preparação posterior operacional (equipe técnica de apoio, infraestrutura) e técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



(ensaios). Complementa que é opção da Secult a restrição do quadro orquestral a apenas músicos instrumentalistas, sem incluir cantores coristas e solistas, considerando que a manutenção permanente de cantores se revela muito dispendiosa, a exemplo de contratados em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

20. Argumenta que o procedimento utilizado para a contratação do Instituto Educarte foi o mesmo usado em outros ajustes de natureza semelhante, mas com pessoas jurídicas diversas, apresentando uma relação de processos.

21. Alega que jamais impôs aos artistas representação por determinada instituição, sobretudo porque sua função se limitava ao contato estritamente artístico com os convidados.

22. Relativamente ao suposto superfaturamento dos cachês, entende que não se revela apropriada a comparação mediante simples divisão do valor total pago ao Coro pela quantidade de vozes, visto que os cachês variam consoante a qualificação de cada artista, o grau de complexidade e a dificuldade do espetáculo. Além disso, esclarece que a produção desse tipo de evento demanda atividade técnica exaustiva e extensa, exigindo longos períodos de preparação durante os ensaios (doc. 11, Anexo VII), não somente para a apresentação em si. Defende que os cachês pagos aos coralistas estão abaixo das tabelas nacionais (doc. 12, Anexo VII).

23. Demonstrada a inexistência de fraude, de direcionamento e, sobretudo, de superfaturamento, entende desarrazoada e desproporcional a pretensão de imputar pena ao defendente.

III.2 - Marconi Costa da Silva Scarinci

24. Nas fls. 452/466, o representante de Marconi Costa da Silva Scarinci aduz que, como assessor especial da OSTNCS, somente exercia função administrativa “não lhe cabendo qualquer participação na elaboração, cotação ou aceitação de propostas para os eventos da OSTNCS; nem decisão, aprovação ou contratação de artistas para esses eventos”. Nesse sentido, sua função estava restrita “a organizar processos, instruí-los com os documentos pertinentes e encaminhá-los aos departamentos competentes para análise de sua viabilidade de execução, legalidade jurídica e compatibilidade perante a Lei de licitações e demais normas que regem a matéria”. Assim, entende que os atos pretensamente irregulares não eram de sua competência direta e não foram por ele praticados.

25. Ademais, sustenta que todas as contratações passam pela UAG, pela Assessoria Jurídica Legislativa e outros setores responsáveis pela documentação e fiscalização, todas da Secult/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



26. Esclarece que o contato com o senhor Alan Rufino³ foi meramente protocolar, não mantendo qualquer negociação ou tratativas contratuais, e também não teve contato com as senhoras Vandilene e Brésia, autoras da denúncia.

27. No tocante à pretensa “justificativa de preços fraudada”, de acordo com a Nota Técnica 01/2011-UAG/AJL, informa que as funções de contratação e administração dos contratos passaram a ser desempenhadas por setores e funcionários distintos. Assim, a administração dos contratos é atribuição da UAG/SUAG e os setores de avaliação cultural da Secult e o fiscal/gestor do contrato é quem deveria aferir o adimplemento do contrato e prestar esclarecimento sobre o instrumento contratual.

28. Alega que não é possível responsabilizar agentes incumbidos dos procedimentos preparatórios e de instrução, sem ingerência na aferição dos preços. Mais adiante, também insiste que não foi o responsável pela realização da pesquisa de preços, cuja atribuição regimental é do departamento cultural/administrativo da Secult/DF.

29. Argumenta ainda que não é possível a aplicação de solidariedade dos atos tidos irregulares pois não foi responsável de qualquer ato de fiscalização ou supervisão contratual nem se beneficiou pessoalmente ou deu prejuízo à entidade cultural nem há indício de dolo ou má-fé. Ademais, acredita que os serviços foram devidamente prestados. Assim, defende que devem ser levadas em conta essas situações em homenagem aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

30. Entende que a “decisão proferida pela Corte de Contas do DF lastreou-se em conjecturas e em suposições, provavelmente advindas do depoimento tendencioso das denunciantes que se sentiram prejudicadas em razão de serem excluídas dos corais que realizaram os espetáculos”.

III.3 - Instituto Educarte de Educação e Arte

31. Como mencionado no parágrafo 10, tardiamente, o Presidente do Instituto Educarte de Educação e Artes, o senhor Luiz Alan Rufino Moreira, encaminhou seus esclarecimentos, fls. 420/445. A fim de evitar a alegação de prejuízos ao direito de defesa e contraditório, será avaliado mais adiante o que couber.

32. No tocante aos indícios de representação artística exclusiva fabricada, sustenta que buscou cumprir aquilo que fora exigido da Secult/DF, isto é, demonstrar a aquiescência dos coristas para participar dos eventos por meio de contratos de prestação de serviços, embora a Secretaria exigisse apenas uma declaração formal do corista, em conformidade com o Parecer nº 393/2008-PROCAD/PGDF.

³ Presidente do Instituto Educarte de Educação e Artes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



33. Segundo o aludido Parecer, a “prova da exclusividade de representação do agente ou empresário poderá ser feita mediante apresentação de contrato de trabalho, de contrato de outra espécie entre o agente ou o artista, ou até mesmo a declaração formal do artista nesse sentido”.

34. Em razão disso, Wandilene Macedo, Brésia Soares dos Santos e os demais coristas celebraram contrato com a Educarte. Ademais, registra que a Secult não poderia contratar individualmente cada corista, pois não se enquadraria na categoria de artista consagrado de que trata o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

35. Além disso, defende que as cartas de exclusividade eram atualizadas a cada procedimento de contratação artística, conforme exigido pela Secult/DF, Anexo VIII.

36. No que se refere à suposta “justificativa de preços fraudada”, argumenta que a comprovação de preços compete à Administração Pública, não ao Instituto Educarte, conforme art. 26, IV, da Lei de Licitações, e Parecer Normativo nº 393/2008-PGDF.

37. Lembra que “sempre foi o próprio GDF/Secretaria de Cultura quem determinou os valores a serem pagos ao Coro Lírico de Brasília”, cabendo ao Instituto Educarte aceitar ou não participar dos concertos pelos valores oferecidos.

38. Informa que os cachês pagos pelo GDF são muito menores que os praticados em grandes centros urbanos que têm tradição nesse tipo de evento e estão em conformidade com a tabela de referência da Fundação Getúlio Vargas, cujos valores variam entre 574,00 e 919,03, excluindo o menor valor. Além disso, argumenta que os valores tido irregulares se basearam apenas em uma única apresentação, desconsiderando especificidades e complexidade e também os custos de exaustivos ensaios. Traz também como referência a tabelas da Fundação Municipal de São Paulo. As tabelas se encontram no Anexos 7 e 8 do Anexo VIII. Assim, para uma semana de ensaios e apresentação, defende que R\$ 6.391,00 e R\$ 2.146,00 representam um valor individual razoável para um cantor/solista e outros cantores, respectivamente.

IV - Da análise

IV.1 - Representação artística exclusiva fabricada

39. A aludida “representação exclusiva fabricada” foi baseada nos depoimentos de Wandilene Macedo e Brésia Soares dos Santos e também nos fatos de que “Wandilene Macedo e Brésia Soares dos Santos, integrantes do coral, informaram, em depoimento ao Ministério Público do Distrito Federal e Território



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



rios, que foram obrigadas a firmarem contratos de exclusividade com o Instituto para participarem das apresentações com a OSTNCS (fls. 119/120)” e que “as cartas de exclusividade foram firmadas em datas próximas aos eventos”, pois tais situações não constituiriam “uma relação duradoura entre o representado e a empresa representante de forma a evidenciar a representação exclusiva”, nos termos da Ação Civil nº 25793320125058500, TRF 5ª Região, consoante a Informação nº 211/2015, fls. 246/266.

40. Convém mencionar que os contratos de exclusividade devem ser pautados na confiança entre representante e representado, evidenciando assim uma relação contratual duradoura, e não algo pontual, destinado a apresentação de um único evento, como é o caso da situação em concreto. Vejamos.

41. Na Informação nº 211/2015, foi destacado que as cartas de exclusividade foram firmadas em datas próximas aos eventos:

“13. Além das declarações mencionadas, observa-se que as cartas de exclusividade foram firmadas em datas próximas aos eventos. Por exemplo, a Senhora Brésia Soares dos Santos declarou, em 10/06/2011 e 12/12/2012, o Instituto Educarte como representante exclusivo para apresentações do Coral Lírico de Brasília com a OSTNCS, respectivamente, em 16/08/2011 e 19 e 20/12/2012 (fls. 41 e 90 do Anexo II e 133 e 147 do Anexo III).”

42. Embora se defenda nas justificativas ora apresentadas, fls. 420/445, que, a cada procedimento de contratação artística, as cartas de exclusividade eram atualizadas, as únicas declarações dessa natureza trazidas aos autos tratam das mesmas que foram objeto de exame na Informação nº 211/2015, outras dizem respeito a cartas de anuência, que não se trata de certidão de exclusividade e não apresentam data, ou a documentos estranhos à situação em concreto, Anexo VIII.

43. Não prospera a alegação de falta de competência para a prática dos atos administrativos, no caso dos senhores Marconi Scarinci e Cláudio Cohen, haja vista que o primeiro foi o responsável pela elaboração dos projetos básicos e o segundo, pela supervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa “in vigilando” e em culpa “in eligendo”, consoante a Informação nº 102/2016. A esse respeito, importante relembrar as palavras do próprio Maestro, constantes do Despacho de fls. 243/245, em resposta à pergunta “b” da Nota de Inspeção nº 36/2015 (fl. 131), na qual se questionou se ele supervisionava as ações de indicação de artistas a serem contratados, definição de cachês, manifestação sobre a adequabilidade dos preços firmados, exame da consagração artística e atesto dos serviços prestados:

As ações eram supervisionadas pelo Maestro que ainda tinha que se ocupar de todas as atividades artísticas da OSTNCS...

44. Assim, entende-se que os justificantes não lograram êxito em afastar a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



irregularidade propalada.

IV.2 - Justificativa de preços fraudada

45. Não prospera a alegação de falta de competência para a apresentação ou análise de regularidade dos documentos comprobatórios, no caso dos senhores Marconi Scarinci e Cláudio Cohen, considerando que o primeiro foi o responsável pela elaboração dos projetos básicos e o segundo, pela supervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa "in vigilando" e em culpa "in elegendo", de acordo com a Informação nº 102/2016.

IV.3 - Indícios de superfaturamento

46. A Decisão nº 4475/2016, item III, alínea "3", diz respeito a "indícios de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro - OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, a valores de 2012".

47. Referido montante foi calculado na Informação nº 211/2015, parágrafo 23, fls. 246/266. Vale lembrar ainda que, para apuração do aludido valor, foram examinados em inspeção inúmeros processos de natureza semelhante, mesmo contratado (Coro Lírico), no período de 2011 e 2012, conforme pode ser consultado em especial na Nota de Inspeção nº 33/2015-3ªDiacomp, fls. 128/129. A partir desse exame, verificou-se que os preços praticados nos exercícios de 2011 (R\$ 500,00 por cantor) e 2012 (R\$ 750,00 por cantor), enquanto, na análise do superfaturamento, os valores variaram entre R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00, como pode ser visto no quadro apresentado no aludido parágrafo da Informação.

48. Não procede o argumento de que não se revela apropriada a comparação mediante divisão do valor total pago ao Coro pela quantidade de vozes, segundo o qual os cachês variam consoante a qualificação de cada artista, o grau de complexidade e a dificuldade do espetáculo. Ora, na inspeção, a base de comparação foram processos de natureza semelhante, mesmo contratado (Coro Lírico), no período de 2011 e 2012, incluídos ensaios e apresentações. Os justificantes não trouxeram aos autos possíveis diferenciações de qualificações, complexidade ou dificuldade entre os eventos. Também não merece credibilidade a lista de presença (doc. 11, Anexo VII) como prova de ensaios pois representa mera tabela confeccionada no computador. Em face disso, não merecem ser acolhidas as alegações apresentadas neste tópico.

49. Dados que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos, cabe, então, ao Tribunal converter os autos em tomada de contas especial e promover a citação dos referidos agentes públicos para apresentação de defesa ou recolhimento do débito, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



50. O Instituto Educarte de Educação e Arte deve ser, também, citado para apresentação de defesa ou recolhimento do débito, por ser beneficiário do superfaturamento.

IV.4 - Outros pontos pendentes

51. Deve-se agora retomar as sugestões pendentes então feitas na Informação nº 102/2016, fls. 313/340, e as considerações do Voto do Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, e do Conselheiro Márcio Michel, fls. 349/366 e 367/374.

52. Um dos tópicos é a prática de ato antieconômico. Lembra-se que foi caracterizado o ato pelo Órgão Instrutivo, na Informação nº 211/2015, fls. 256/257, e repetido na Informação nº 102/2016:

"30. O Senhor Marconi Scarinci, na qualidade de Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS, solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para seis apresentações nos dias 3 a 6 do mês de dezembro de 2012 ao custo de R\$ 40.000,00 por apresentação (Processo 150.003.395/2012) (fls. 2/5 do Anexo III).

31. Após a apresentação de 5/12/2012, o citado ex-gestor informou, em 6/12/2012, que as demais cinco apresentações seriam canceladas (fls. 38 do Anexo III). Estranhamente, no mesmo dia, o próprio Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para duas apresentações por R\$90.000,00 para o dia 6/12/2012, ou seja, R\$ 45.000,00 por apresentação (Processo nº 150.003.452/2012) (fls. 46/52 do Anexo III).

32. Se tivesse mantido a primeira contratação, o custo seria de R\$ 80.000,00, ao contrário dos R\$ 90.000,00 pagos ao Instituto Educarte (fls. 86/89 do Anexo III). Ocorreram, portanto, um ato antieconômico e um consequente prejuízo ao Erário de R\$ 10.000,00".

53. Após exame das manifestações, na Informação nº 102/2016, entendeu-se o seguinte:

"24. Os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS, são responsáveis pela ilegalidade⁴. O primeiro agente público informou a extinção dos ajustes com custo mais barato e, no mesmo dia, indicou a feitura de outra contratação com custo mais elevado. O segundo agente era responsável pela supervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa in vigilando e em culpa in elegendo"

⁴ Como já está sendo apurado superfaturamento na contratação referente ao Processo 150.003.452/2013, tratou-se a situação descrita como prática de ato antieconômico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



54. Por ocasião do Voto condutor da Decisão nº 4475/2016, o Relator considerou que a “a questão relacionada com a prática de ato antieconômico (item 3 do § parágrafo anterior) já será apurada em conjunto com os demais itens que ensejam a conversão dos autos em TCE (Vide § 14 da Informação n.º 102/2016, Tabelas 4 e 5 ali reproduzidas)”.

55. Então, no tocante ao superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, e à prática de ato antieconômico no montante de R\$ 10.000,00, ambos a valores de 2012, entende-se que, uma vez que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos, deve o Tribunal converter os autos em tomada de contas especial e promover a citação dos senhores Marconi Costa da Silva Scarinci (CPF nº 289.827.031-87), então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Alano Cohen Bezerra (CPF nº 280.998.691-68), Maestro Titular da OSTNCS, e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal (Luiz Alan Rufino Moreira, CPF nº 689.484.861-68) para apresentação de defesa ou recolhimento do débito, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94.

56. Outra questão são as irregularidades na prestação de contas do patrocínio da Cartão BRB ao “III Festival de Ópera de Brasília”.

57. Tal situação foi configurada pelo Órgão Instrutivo na Informação nº 211/2015, fls. 258/263, e repetida na Informação nº 102/2016:

“43. A Cartão BRB S/A, na qualidade de patrocinadora, firmou com o Instituto Educarte de Educação e Arte, na qualidade de patrocinado, o Contrato de Patrocínio nº 720/2013. O objeto do ajuste envolveu a concessão de patrocínio no montante de R\$ 300.000,00 ao patrocinado para o evento III Festival de Ópera de Brasília (fls. 01/09 do Anexo V).

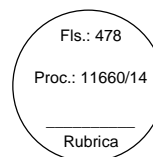
44. O Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda prevê: ‘O pagamento ao PATROCINADO será realizado com base na nota e documentos apresentados que comprovem a efetiva utilização dos recursos repassados pela CARTÃO BRB. O desatendimento dessa disposição implicará redução proporcional do valor do patrocinado, sem prejuízo da rescisão contratual’ (fl. 2 do Anexo V).

45. O item VI da Cláusula Quarta estabelece, por sua vez, que o patrocinado obriga-se, ainda, a manter, em seu poder, recibos em seu nome ‘... que comprovem as despesas correspondentes ao valor do contrato, referentes aos custos do projeto citado na Cláusula Primeira deste contrato’ (fl. 03 do Anexo V).

46. A simples leitura dos dois dispositivos contratuais demonstram, de maneira incontroversa, que o Instituto Educarte deveria prestar contas das despesas realizadas com os recursos repassados pela Cartão BRB S/A.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



47. Vale destacar que, mesmo não havendo as regras contratuais mencionadas, ainda sim deveria ocorrer a prestação de contas dos recursos públicos recebidos pelo patrocinado, em respeito ao parágrafo único do art. 70 da Constituição federal de 1988, in verbis:

'Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária'.

48. É oportuno realçar, ainda, que a Cartão BRB S/A é uma subsidiária integral do Banco de Brasília. Como este é controlado pelo Governo do Distrito Federal, conclui-se que aquela também está sob o controle do Ente Local e integra a Administração Indireta do DF. Desta forma, os recursos repassados pela Patrocinadora ao Patrocinado têm caráter público e estão sujeitos à prestação de contas, conforme entendimento exposto no Acórdão nº 670.021 do TJDF, *ipsis litteris*:

'CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NULIDADE DA DECISÃO. PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA. PATROCÍNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES. DINHEIRO PÚBLICO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DEVOLUÇÃO DE PARTE DO VALOR. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMOS INICIAIS CORRETOS. SENTENÇA MANTIDA.

1. O juiz é o destinatário das provas, cabendo-lhe aquilatar aquelas que realmente se mostrem aptas à formação do seu convencimento, indeferindo as que se revelarem inúteis à resolução da controvérsia. Entendendo, o magistrado, como suficientes as provas já coligidas aos autos, não há que se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento de produção de prova testemunhal.

2. O magistrado não está obrigado a infirmar todos os argumentos ventilados pela parte, cabendo-lhe, com base na convicção firmada diante do conjunto probatório, sopesar a questão a ser equacionada, decidindo-a e externando seus fundamentos de forma lógica e coesa.

3. Tratando-se o objeto do processo sobre a cobrança de dívida de valor por descumprimento contratual, a regularidade de processo administrativo não pode ser considerada pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo judicial, afetando tão-somente a força probatória das provas já carreadas.

4. Por se cuidar de sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Distrito Federal e detentora de maioria de ações com direito a voto, qualquer uso do dinheiro público deve sujeitar-se a uma prestação de contas pormenorizada, em obediência aos princípios constitucionais insculpidos no art. 37, caput, da Carta Política.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 479

Proc.: 11660/14

Rubrica

5. Em indenização por danos materiais decorrentes de responsabilidade contratual, os juros de mora devem incidir desde a citação válida, no percentual previsto no artigo 406 do Código Civil, e a correção monetária desde quando devia ter ocorrido a devolução do valor.

6. Agravo retido conhecido e desprovido. Apelação conhecida e desprovida' (grifo nosso).

49. Dentro dessa perspectiva, o Instituto Educarte apresentou à Cartão BRB S/A a prestação de contas dos recursos recebidos a título de patrocínio do III Festival de Ópera de Brasília (fls. 34/381 do Anexo V).

50. A Unidade Técnica, ao examinar a referida prestação de contas, constatou várias irregularidades na documentação apresentada.

51. A primeira irregularidade refere-se à não apresentação do extrato bancário relativo à movimentação da conta corrente em que foram depositados os recursos do patrocínio (R\$ 300.000,00). O Educarte forneceu apenas um livro caixa (fls. 40/57 do Anexo V) Sem o fornecimento do extrato bancário da citada conta, torna-se impossível atestar a regularidade da aplicação do numerário repassado ao Instituto. O extrato bancário é um elemento indispensável para análise de uma prestação de contas.

52. Sobre a essencialidade de extrato bancário para o exame da regularidade de uma prestação de contas, a Ministra do TCU Ana Arraes, no voto gerador do Acórdão nº 7291/2013 - TCU - 2ª Câmara, assim se pronunciou:

7. Não assiste razão ao recorrente ao afirmar que juntou aos autos todos os documentos necessários à comprovação da regular aplicação dos recursos. A referida documentação foi considerada inapta para esse fim, posto que não logrou demonstrar o necessário nexo de causalidade entre valores transferidos e despesas efetuadas.

8. A prestação de contas apresentada pelo recorrente evidenciou: (i) o saque da conta específica da avença e a transferência dos recursos para conta municipal; (ii) a falta de correspondência entre os valores transferidos e os montantes das despesas constantes das notas fiscais juntadas aos autos; e (iii) a ausência do extrato bancário da conta de destino e da documentação relativa aos pagamentos, como ordens bancárias ou cheques, que permitiriam, em conjunto com os documentos fiscais e recibos, identificar a necessária correlação entre liquidação e pagamento.

9. A movimentação financeira da verba repassada mediante desconto de cheques em nome da Prefeitura impede, na falta de outros elementos probatórios, que se estabeleça vínculo entre os débitos na conta bancária específica e os pagamentos efetuados. Não há como garantir que as despesas foram quitadas com os recursos do convênio.

10. A jurisprudência desta Corte é de que o saque dos recursos da conta específica do ajuste enseja débito, face à impossibilidade do estabelecimento do nexo de causalidade entre o dispêndio e a despesa efetuada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



(acórdãos 227/1999-Plenário, 39/2002, 53/2007 e 264/2007 da 1ª Câmara e 701/2008-2ª Câmara).

11. Além disso, a execução física do objeto, por si só, não comprova que os recursos foram aplicados corretamente. Cabe ao responsável demonstrar o nexo causal entre os recursos que lhe foram repassados e a consecução do objeto, o que não aconteceu no presente caso. Foi correta, pois, a condenação em débito do responsável' (destaque acrescido).

53. A segunda irregularidade envolve o pagamento de despesas com alimentação, combustível, material de escritório e hospedagem em datas sem relação com período de realização do III FOB - 12 de junho de 2013 a 7 julho de 2013. Houve, por exemplo, gastos com refeição e gasolina nos meses de agosto e setembro de 2013 (fls. 288, 289, 291, 295, 296, 306, 307, 310, 311, 313, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 331, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 346, 347 348, 349, 351, 353, 357, 358, 360, 361 do Anexo V).

54. A terceira irregularidade relaciona-se às Notas Fiscais n°s 13652 a 13654 da Working Associação de Integração Profissional (fls. 354/357 do Anexo V). Tais notas contêm serviços não previstos no projeto básico do III Festival de Ópera de Brasília (Processo n° 150.001.300/2013 - SEC/DF) (fls. 159/166). Não há, ainda, a discriminação dos profissionais que prestaram os serviços e dos valores pagos a cada um. Inexiste, na prestação de contas, também, contratos que vinculem esses profissionais à Working. O que chama mais atenção, contudo, é que as NF n°s 13652 a 13654 foram emitidas vários meses após o término do Festival (20/9/2013).

55. A quarta irregularidade engloba a Nota Fiscal n° 054 da empresa Coro Lírico de Brasília Ltda. (fl. 368 do Anexo V). A nota em relevo parece referir-se a serviço - produção e assistência de produção do III FOB - que já havia sido custeada por recursos do Convênio n° 09/2013, celebrado entre a Secretaria de Cultura do DF e o Instituto Educarte (fls. 160/161). Vale destacar que um dos proprietários da firma Coro Lírico de Brasília é o próprio Presidente do Instituto - Luiz Alan Rufino Moreira. A NF n° 054 foi, também, emitida vários meses após o término do Festival (9/9/2013).

56. A quinta irregularidade está ligada à Nota Fiscal n° 57 da empresa Coro Lírico de Brasília Ltda. (fl. 366 do Anexo V). Não há, na citada nota, a discriminação dos profissionais que prestaram os serviços e dos valores pagos a cada um. Inexiste, na prestação de contas, ainda, contratos que vinculem esses profissionais a Coro Lírico. A NF n° 57 foi emitida vários meses após o término do Festival (24/10/2013). Cabe ressaltar, mais uma vez, que um dos proprietários da firma Coro Lírico de Brasília é o próprio Presidente do Instituto - Luiz Alan Rufino Moreira.

57. A sexta irregularidade, em relação à prestação de contas dos recursos repassados para o patrocínio do III



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Festival de Ópera de Brasília, é o apontamento de empréstimo no valor R\$ 114.256,87 como fonte de recursos para o custeio das despesas anteriores ao repasse do patrocínio (fl. 36 do Anexo V), sem apresentação de qualquer contrato que comprovasse a efetiva ocorrência da operação financeira mencionada.

58. A sétima irregularidade corresponde à existência de notas fiscais e recibos sem identificação do Instituto Educarte ou do seu CNPJ como tomador do serviço ou adquirente de produto, contrariando o item VI da Cláusula Quarta do Contrato nº 720/2013 (fls. 3, 59, 62, 65, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 161, 164, 165, 168, 172, , 174, 178, 180, 182, , 183, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 252, 257, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 280, 288, 289, 292, 294, 299, 301, 302, 303, 305, 309, 310, 311, 312, 316, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 353, 357 do Anexo V).

59. A oitava irregularidade relaciona-se a despesas pessoais do Maestro Cláudio Cohen bancadas com recurso do patrocínio da Cartão BRB S/A. Na prestação de Contas em destaque, há anotações de gastos do referido músico que foram ressarcidos pelo Instituto Educarte (fls. 288, 289, 320, 334, 338 e 346 do Anexo V).

60. Cabe realçar que o Instituto Educarte auxiliou a Secretaria de Cultura do Distrito Federal na produção e execução do III Festival de Ópera de Brasília como uma prestadora de serviços. O Maestro Cláudio Cohen, por sua vez, era o servidor da Pasta Distrital responsável pela operacionalização do evento, cabendo a ele a supervisão dos trabalhos desenvolvidos pela Entidade Privada.

61. Salvo melhor juízo, o pagamento de despesas pessoais do Maestro Cláudio Cohen pelo Instituto Educarte, em face da situação descrita no parágrafo precedente, afronta os princípios constitucionais da moralidade administrativa e da impessoalidade (caput do art. 37 da CF/88).

62. Questionada a respeito das seis primeiras irregularidades por meio das Notas de Inspeção nºs 34/2015 - 3ª DIACOMP (fl. 130) e 37/2015 - 3ª DIACOMP (fl. 132), a Cartão BRB S/A respondeu, em síntese, que: (1) o Contrato nº 720/2015 não exigia o fornecimento de extrato bancário na prestação de contas, (2) o ajuste não exigia um exame minucioso das notas fiscais bastando a verificação de sua regularidade tributária e (3) informações sobre outras formas de captação de recursos pelo Instituto Educarte não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



estavam configuradas no rol de exigências do contrato de patrocínio.

63. Quanto ao fornecimento do extrato bancário não estar previsto no Contrato nº 720/2013, observa-se que a essencialidade do documento para exame de uma prestação de contas, conforme já apontado, dispensa tal previsão dada a sua obviedade.

64. A verificação exaustiva do conteúdo de uma nota fiscal, ao contrário do afirmado pela BRB Cartão S/A, é fundamental para comprovar a regularidade do gasto por ela sustentado. Não basta examinar sua consistência tributária. Caso seja necessário, o gestor deve exigir do responsável pela aplicação de recursos públicos documentos adicionais que comprovem a regularidade das despesas efetuadas.

65. No tocante à verificação da origem de outras captações de recursos por parte do Instituto Educarte, tal procedimento é importante para garantir que o patrocinado não tenha utilizado as mesmas notas fiscais para comprovar os gastos com patrocínios diferentes.

65. É plausível, ainda, a suposição de que os R\$ 114.256,87 sejam provenientes do patrocínio da Petrobrás, assunto abordado no tópico anterior. Ou seja, a Cartão BRB S/A estaria suportando despesas que já teriam sido pagas com recursos de outro patrocínio, causando o enriquecimento ilícito do Instituto Educarte.

66. Além disso, a partir da documentação contábil constante da prestação de contas em apreço, a única justificativa para a retirada dos R\$ 114.256,87 do montante repassado a título de patrocínio (R\$ 300.000,00) em 09/09/2013 (fl. 47 do Anexo V) é o ressarcimento do referido empréstimo contraído pelo Instituto Educarte. Senão, estar-se-ia diante de um saque de recursos de patrocínio sem qualquer suporte documental que garantisse a sua regularidade".

58. Naquela oportunidade, uma vez instado, a Cartão BRB S/A não se manifestou sobre as irregularidades na Prestação de Contas do Patrocínio da Cartão BRB SA ao III Festival de Ópera de Brasília.

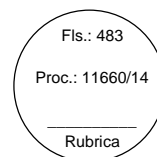
59. O Tribunal pode determinar à jurisdicionada que instaure de tomada de contas especial para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Educarte.

V - Conclusões

60. Examinadas as justificativas dos senhores Marconi Scarinci e Cláudio Cohen, em face do item III, da Decisão nº 4475/2016, elas foram insuficientes para elidir



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



as irregularidades fixadas, motivo pelo qual deve o Tribunal aplicar multa aos responsáveis indicados, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, relativamente à “representação artística exclusiva fabricada” e “justificativa de preços fraudada”.

61. No tocante ao superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, e à prática de ato antieconômico no montante de R\$ 10.000,00, ambos a valores de 2012⁵, entende-se que, uma vez que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos, deve o Tribunal converter os autos em tomada de contas especial e promover a citação dos senhores Marconi Costa da Silva Scarinci (CPF nº 289.827.031-87), então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Alano Cohen Bezerra (CPF nº 280.998.691-68), Maestro Titular da OSTNCS, e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal (Luiz Alan Rufino Moreira, CPF nº 689.484.861-68) para apresentação de defesa ou recolhimento do débito, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94.

62. Quanto às irregularidades na prestação de contas do patrocínio da Cartão BRB ao “III Festival de Ópera de Brasília”, sugere-se que o Tribunal determine à jurisdicionada que instaure de tomada de contas especial para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Educarte.

VI - Sugestões

63. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I - tomar conhecimento:

- a) dos documentos às fls. 387/419 e Anexo VII e fls. 452/466;
- b) do documento às fls. 420/445 e Anexo VIII;

II - considere, no mérito:

- a) improcedentes as razões de justificativa apresentadas por Cláudio Alano Cohen Bezerra e Marconi Costa da Silva Scarinci, em cumprimento ao disposto no item III, da Decisão nº 4475/2016;

⁵ O valor do débito, atualizado até 2017 por meio do Sindec/TCDF, totaliza R\$ 356.876,77 (Fator de Correção Monetária = 0,417584).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- b) insubsistentes os esclarecimentos encaminhados pelo Instituto Educarde de Educação e Arte, em face do Despacho Singular nº 51/2016 – GCMA;

III - determinar:

- a) a aplicação de multa aos responsáveis indicados no parágrafo 60, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, em face da “representação artística exclusiva fabricada” e “justificativa de preços fraudada” detectadas nas contratações de artistas por intermédio do Instituto Educarde de Educação e Arte, para atuação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS;
- b) a conversão dos autos em tomada de contas especial, autorizando a citação dos responsáveis indicados no parágrafo 61 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa ou recolham, solidariamente, o prejuízo de R\$ 342.700,98, decorrente de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, e também o prejuízo de R\$ 14.175,84, em face da prática de ato antieconômico, ambos em valores atualizados até 2017, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 1/94;
- c) a instauração de tomada de contas especial por parte da Cartão BRB S/A para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarde de Educação e Arte, em função do Contrato de Patrocínio nº 720/2013, com fulcro no art. 9º, § 1º da Lei Complementar nº 01/94;

IV - autorizar:

- a) a remessa de cópia da presente Informação, dos futuros relatório/voto do Relator e decisão aos responsáveis para subsidiar o atendimento do inciso anterior;
- b) a atuação de processo apartado para acompanhar o recolhimento das multas tratadas no item III, “a”;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



continuidade de suas ações de controle e posterior remessa à Secretaria de Contas para adoção das providências de sua alçada.

À superior consideração.

Lúcia Taeko Watanabe

Auditora de Controle Externo, mat. 564-9

De acordo.

Em 27/04/2017.

Flávio Figueiredo Cardoso

Diretor da 3ª Diacom